

----- Original Message -----

From: [Gustavo Veloso](#)

To: saesp@inpi.gov.br

Sent: Wednesday, March 21, 2012 6:55 PM

Subject: Sobre o exame de patente de programas de computador

Prezados,

Li a notícia no site do INPI e gostaria de apresentar minha opinião sobre o tema. Desenvolvo softwares profissionalmente há 6 anos e leio bastante sobre. Atualmente o que mais vemos são os casos de patentes envolvendo softwares nos EUA. Lá, muitas das patentes são vagas (em sua maioria foram registradas no final da bolha da Internet por lá, em 1998) e vão dar muito trabalho para os juízes julgar se a "patente" foi violada ou não.

Acho importante garantirmos o direito de propriedade e quem sabe não conseguimos dar um exemplo para todo mundo com uma abordagem realmente útil, que proteja empresas de software e não impeça a evolução e a inovação nesta área.

Um produto de software é intangível e, em última instância, implementa uma ideia, que por definição não pode ser patenteada, certo?

Espero que o INPI discuta bem essa questão, com a Sociedade Brasileira de Computação, com as associações de empresas de software e, principalmente, com a nova geração de empreendedores de tecnologia que está nascendo no Brasil e que tanto teme que episódios recentes nos EUA ocorram por aqui.

Desejo serenidade e sabedoria para vocês.

Gustavo Veloso

[@gjmveloso](mailto:gjmveloso)

+56 9 6622-4213

RESPONSÁVEL: Gustavo Veloso

DATA DE ENVIO: 21/03/12

RESPOSTA:

Gostaríamos de enfatizar que o objetivo principal das Diretrizes apresentadas é o de divulgar a posição do INPI com relação à Lei da Propriedade Industrial 9279/96 (LPI), em especial do seu Art. 10 e os procedimentos adotados no exame de pedidos de patente envolvendo criações que se referem a ou se baseiam em implementações por programas de computador.

O Art. 6º da LPI garante ao inventor o direito de obter a patente que lhe auferir a propriedade sobre seu objeto de invenção. A não concessão de patentes para invenções implementadas por programa de computador, mais especificamente de processos, configuraria dar tratamento diferenciado a diferentes setores da tecnologia meramente devido à sua forma de implementação, ferindo o direito do inventor, e contrariando o Art. 27 do Tratado TRIPS (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*). Em outras palavras, o fato da implementação de uma nova técnica ou processo ser realizada através de programa de computador não tira o direito do inventor. É importante esclarecer que as Diretrizes procuram estabelecer claramente a diferença entre invenções implementadas por programas de computador e programas de computador propriamente ditos (“em si”).

A LPI nos seus Artigos 24 e 25 proíbe a concessão de patentes “vagas”, pois exige a descrição clara, suficiente e precisa da matéria a ser protegida.

Esclarecemos que o INPI não concede patente a programas de computador, pois estes não são considerados invenção pelo inciso V do Art. 10 da LPI. Tais programas são, entretanto, passíveis de proteção através da Lei de Direito Autoral nº 9.610/1998, observando o disposto na Lei de Software nº 9.609/1998.

Enquanto a LPI garante ao inventor o direito de proteger as características técnicas associadas a uma invenção, o Direito de Autor protege a expressão do trabalho intelectual relacionado à invenção, ou seja, o programa de computador em si. Assim, mesmo se o inventor de um processo implementar tal processo através de um programa de computador, este processo (e não o programa) pode ser protegido através do sistema de patentes.